Resumo do diagnóstico e avaliação

das politicas públicas dos estados subnacionais relacionadas às mudanças climáticas e seus instrumentos

Fernanda Fortes Westin Wills

Rio de Janeiro, janeiro de 2024

CBC

INTRODUÇÃO

Este diagnóstico tem como objetivo verificar a atuação dos estados com relação aos instrumentos previstos na Política Nacional de Mudanças Climáticas – PNMC, além de analisar demais ações políticas e alguns dos principais instrumentos de gestão ambiental e de enfrentamento às mudanças climáticas. Para isso, foi realizado com base na aplicação de questionários aos estados subnacionais (somente Roraima e Maranhão não responderam). Os dados foram complementados com pesquisas na internet (baseada em sites oficiais das secretarias de meio ambiente estaduais, relatórios técnicos e notícias).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os estados geralmente atuam em parceria com o governo federal e são signatários de diversos compromissos nacionais e internacionais. Normalmente buscam financiamento internacional a fim de conseguir recursos para atingir metas de descarbonização e/ou para implementar ações de adaptação.

Todos os estados são signatários da Coalizão Governadores pelo Clima (com exceção de Rondônia e Roraima).
Quinze (15) estados aderiram ao Consórcio Brasil Verde como membros signatários (AC, BA, ES, GO, MS, MG, PB, PE, PR, PI, RJ, RN, RS, SP e SE).
Estados elegíveis para o REDD+ (Biomas Amazônia e Cerrado) são AC, AP, AM, BA, CE, DF, MT, MS, MG, PA, PR e TO.
A iniciativa Regions Adapt (COP 21) teve como signatários os estados CE, GO, MG, PR, RJ, RR, RS, SP e TO, além das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.
Os estados que declararam participar da iniciativa 20x20 (COP 20) foram AC, ES, MT, MS, PA e SP, além de outros estados que possuem projetos financiados por iniciativas privadas, como BA, TO, MG e PR (INICIATIVA 20 x 20, 2023)[1].
A Coalizão Under 2° teve como signatários os estados AC, AP, AM, DF, MT, MS, PR, RJ, RO e TO, e possui alguns estados como membros: BA, CE, ES, GO, MG, PE, PI, RS e SP.
Os estados AM, ES, MA, MT, MS, MG, PA, PR, RS e SP aderiram à campanha Race to Zero (COP 16), (UNFCCC, 2023)[2].

O panorama da adesão dos estados a essas iniciativas/compromissos está ilustrado na Figura 1, em anexo.

[1] Initiative 20x20 - https:/ initiative20x20.org/restoration-projects?countries=5)

[2] https://www.theclimategroup.org/under2-coalition

Os instrumentos básicos de gestão para as Mudanças Climáticas estão avançando, mas ainda precisam se consolidar.

Todos os estados afirmaram possuir um sistema de monitoramento climático. No entanto, Bahia, Maranhão e Roraima precisam aperfeiçoar seus sistemas.

Alguns estados subnacionais (AL, AP, MA, MT, RN e SE) ainda não elaboraram sua Política Estadual para Mudanças Climáticas. Outros estados estão em processo de reativação ou de elaboração de seus fóruns (MA, MG, RJ, SP e AL, DF, GO, RN e RR, respectivamente).

Dos 27 estados subnacionais, 14 ainda não elaboraram planos estaduais de mudanças climáticas (Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins).

O Acre possui o Programa Isa Carbono, que ainda está em sua versão preliminar.

Outros estados possuem algumas iniciativas iniciais, a exemplo dos estados do Amazonas, Goiás, Mato Grosso e São Paulo (que aderiram ao projeto "Trajetórias de Descarbonização") e também o Rio Grande do Sul, e traçaram Estratégias de Mitigação e Adaptação, desenvolvida no âmbito da Coalizão o projeto da Iniciativa Under 2°. No entanto, precisam de maior aprofundamento das informações e propostas.

O estado do Pará possui o Plano Amazônia Agora - 2021 (setor agroflorestal).

Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo contam com planos de MC elaborados ou atualizados recentemente, após 2020 (PLAC MG, PROClima 2050 e PAC 2050, respectivamente).

São 14 os estados subnacionais que possuem inventário estadual de emissões de GEE (Acre, Distrito Federal, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e São Paulo). Os estados do Acre, Espírito Santo e Rio Grande do Norte estão em processo de atualização de seus inventários. Alagoas, Amapá, Pará e Tocantins afirmaram estar elaborando seus documentos.

Poucos estados reportaram ter capacidade institucional para lidar com as mudanças climáticas, e a maioria ainda não possui orçamento para isso. Os estados que possuem capacidade institucional são PA, PE, MS, PR e RS.

CE, MS, PA, RO, RS e TO afirmaram possuir orçamento específico para as Mudanças Climáticas.

Os demais estados estão em fase de implementação e/ou estruturação de sua capacidade institucional e/ou orçamento (Figuras 2 e 3).

Capacidade institucional para as Mudanças Climáticas

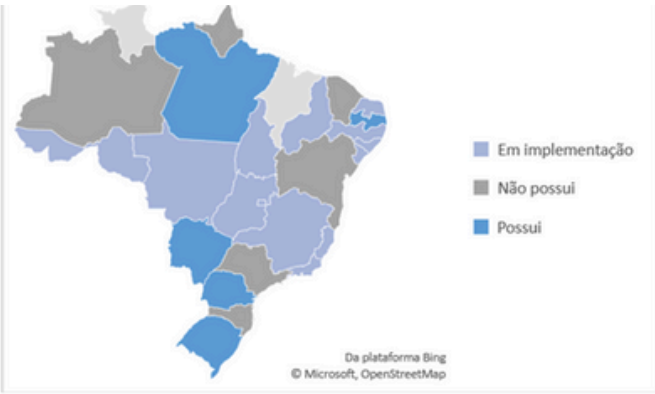

Figura 2: Panorama da capacidade institucional dos estados subnacionais para as Mudanças Climáticas

Orçamento para as Mudanças Climáticas

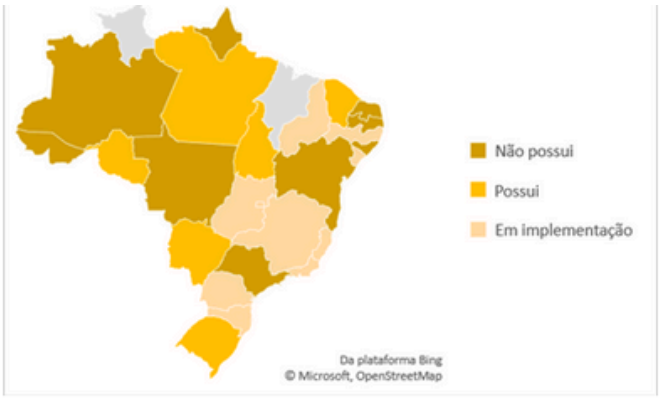

Figura 3: Panorama da capacidade orçamentária dos estados subnacionais para as ações de combate às Mudanças Climáticas

AC, RO, MT, TO, GO, DF, MG, ES, RJ, SE, AL, RN e PI afirmaram estar adequando sua capacidade institucional para o assunto. Os demais (AM, AP, CE, BA, SP e SC) afirmaram não possuir (Figura 2).

PA, CE, TO, RO, MS e RS afirmaram possuir recursos financeiros para o enfrentamento às MC, mas AC, AM, AP, RN, PB, MT, BA e SP admitiram não possuir. Os demais estados estão em fase de ajustes no orçamento para as MC, sendo eles: PI, PE, SE, GO, MG, ES, RJ e PR e SC (Figura 3).

Oito estados (AM, ES, MS, PE, RS, RO, SC e TO) criaram ou previram fundos específicos para o clima (AM e MS estão elaborando ou em fase de implantação do fundo), mas, destes, apenas três estão implantados e ativos: ES (junto com o FundÁgua), SC e TO (FunClima, ainda sem recursos previstos).

Os programas e planos federais de apoio aos estados costumam ter resultados positivos.

Todos os estados afirmam possuir o Sistema Cadastro Ambiental Rural - CAR, embora muitos ainda precisem completar as informações, e ter maior adesão dos proprietários rurais ao PRA.

Os estados que mais tiveram avanço na implementação do Programa de Recuperação Ambiental - (PRA) foram AC, BA, MT, MS, PA e RO.
Os estados que estão com o Plano ABC+ em andamento são AC, AL, DF, MT, MG, PR, PE, PI, RS, SC e SP. Os demais estão revisando ou elaborando seus planos.
Sobre PPCDAm e/ou PPCerrado os que têm seu Programa publicados são: AP, AM, MT, MG, PA, RR e TO. RO está prestes a lançar a nova versão. AC, MA e PI estão em fase de atualização.
A existência de ferramentas e Planos setoriais estaduais foram verificados, muitas delas relacionadas à Política Nacional de Meio Ambiente (tais como o Zoneamento Ecológico - Econômico (ZEE), Mapa de vulnerabilidade, Inventários de emissão de GEE, Programas de conservação ambiental, Plano de Controle da Poluição Veicular (PCPV) etc.), além dos Planos de Mitigação e Adaptação às MC, conforme mostra a Tabela 1, em anexo.

Os instrumentos citados no documento de diagnóstico são considerados fundamentais para a mitigação e para a adaptação às Mudanças Climáticas (Tabela 2, em anexo).
Estes documentos setoriais devem ser levados em consideração para o alcance dos objetivos da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) brasileira e das metas de redução pretendidas pelos estados e, acima de tudo, contribuir para a justiça climática.

CONCLUSÃO

Apesar dos avanços nas ações dos estados subnacionais nos últimos anos, de modo geral os estados ainda "desenvolvem iniciativas isoladas, e carecem de um modelo de governança sistêmico que dê conta de integrar as diferentes iniciativas de adaptação e mitigação, que, na prática, vêm sendo executadas por diferentes órgãos e secretarias estaduais, com baixo grau de integração" (Fórum Clima, 2013)[3]. É preciso melhorar a governança sobre as ações de mitigação e adaptação, investindo em planos de ação, em sistemas de monitoramento, Reporte e Verificação (MRV), entre outras.
Um dos principais pontos críticos identificados é a falta de recursos e a necessidade de apoio aos estados nas diversas frentes de atuação por parte do governo federal (ex.: Planos ABC+ e PPCD, plataforma ClimaAdapt e outros) e de programas com financiamento internacional como o REDD+, se mostram imprescindíveis para o alcance de resultados positivos no país.

[3]FÓRUM CLIMA – AÇÃO EMPRESARIAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS. O Desafio da Harmonização das Políticas Públicas de Mudanças Climáticas – Volume II. Dez. 2013. Disponível em: https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Forum_Clima_O-Desafio_da_Harmonizacao_Vol-II_Dez2013.pdf

ANEXOS

Divisão dos estados por iniciativa

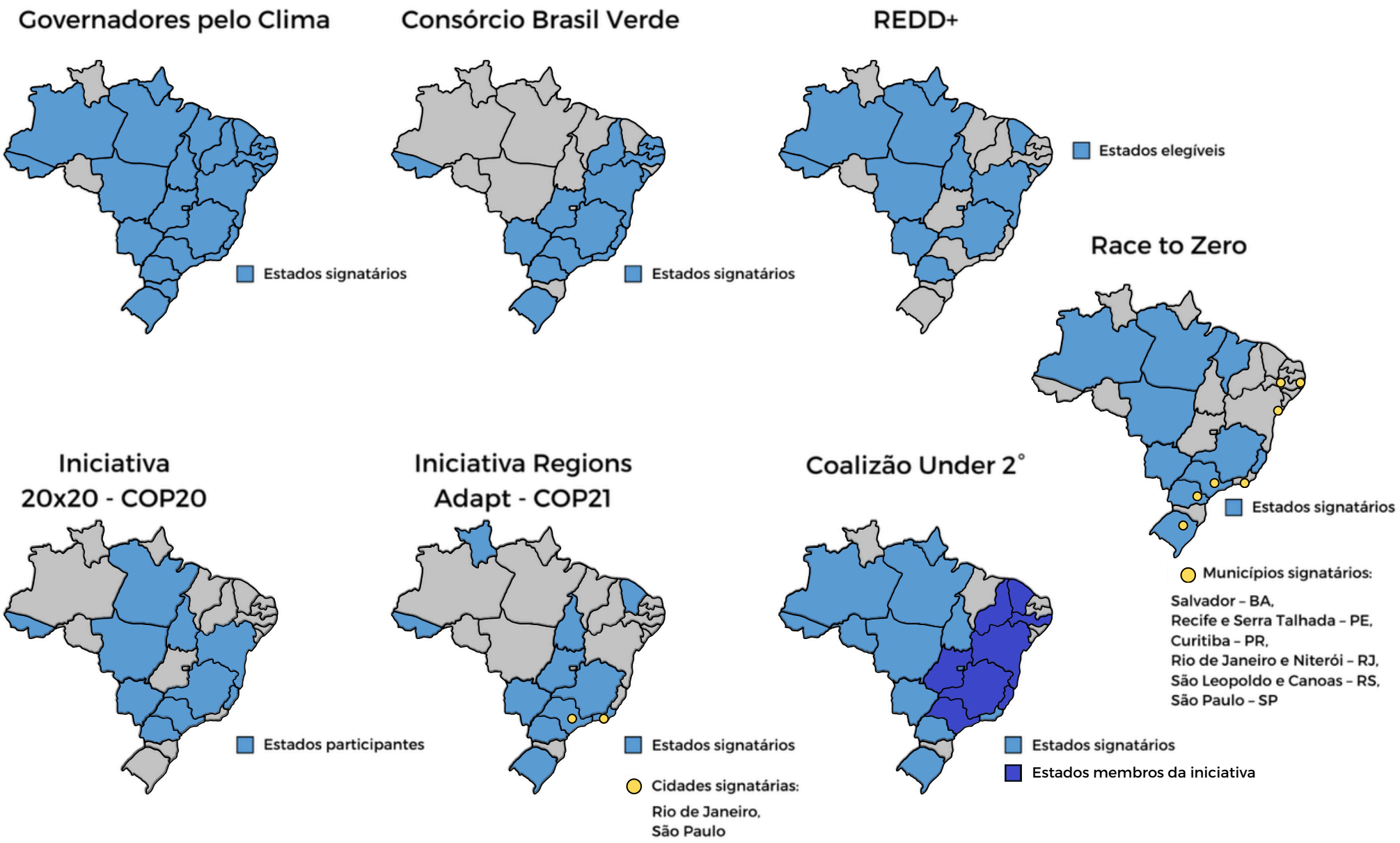

Figura 1: Panorama da adesão dos estados subnacionais a iniciativas/compromissos nacionais e internacionais.

Tabela 1. Avaliação quanto à existência ou desenvolvimento dos Planos setoriais estaduais

Plano/ instrumento setorial	AC	AL	AP	AM	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MT	MS	MG	PA	PB	PR	PE	PI	RJ	RN	RS	RO	RR	SC	SP	SE	TO
PCPV com I/M														*													
PERS																											
Plano Energia ou ação de incentivo para energias alternativas																											
PERH																											
ZEE																											
Sistema de alerta																											
Programas de conservação																											
Mapa de vulnerabilidade																											
Inventário GEE																											
Plano de Mitigação																											
Plano de Adaptação																											

Legenda:	
	Possui
	Possui, mas precisa complementar ou atualizar
	Em elaboração ou previsto
	Não possui e não está previsto

*Decreto foi revogado recentemente

Tabela 2. Análise comparativa dos estados com base na implementação dos instrumentos de gestão das MC

	AC	AL	AP	AM	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MT	MS	MG	PA	PB	PR	PE	PI	RJ	RN	RS	RO	RR	SC	SP	SE	TO
Acordos ou compromissos com iniciativas internacionais e nacionais																											
Instrumentos básicos de gestão das MC																											
Instrumentos de controle, REDD+ e PSA																											
Planos Federais (PPCD, ABC+ e instrumentos do Novo Código Florestal) - preservação florestal																											
Planos setoriais																											
Instrumentos econômicos																											

Legenda:		Atuação forte
		Atuação forte, mas está incompleta (limitada a alguns setores ou ações) ou pode melhorar
		Atuação mediana
		Atuação fraca ou nula

CENTRO
BRASIL
NO CLIMA